



Jorge Tomás Henriques, presidente da FIPA

AGROALIMENTAR

## FIPA reafirma discriminação da taxa sobre o açúcar

Identificados os grandes desafios da próxima década, o setor garante ter respostas próprias e não precisar de imposições legislativas ou fiscais.

SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

Identificados os desafios da próxima década, oriundos das tendências na alimentação e nos estilos de vida, bem como da inovação e competitividade, mas sobretudo de reputação, a indústria agroalimentar aprofundou o debate sobre o futuro com os seus parceiros, ree vem agora reiterar o empenho em reformular e adaptar os seus produtos. Um compromisso que, tal como frisa Jorge Tomás Henriques, presidente da FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares, em entrevista ao Jornal Económico, desde sempre norteia a ação da federação e se reflete nas mais diversas propostas ou medidas que concretizou ao longo dos tempos. E é

com esta nota de proatividade que o presidente da FIPA explica porque é a federação “absolutamente contra” a taxa sobre o açúcar. “Não o somos porque não gostamos de pagar impostos, isso é uma falácia, algo atirado para o ar, para grande pena minha, por responsáveis que o fazem sem conhecer a realidade. Somos contra, sim, porque achamos que este tipo de taxa não resolve nenhum problema em matéria de alimentação, saúde e estilos de vida, e não ajuda a resolver os problemas que são invocados. E ainda agravam, substancialmente, a competitividade das empresas”, afirma o responsável.

Recordando que este setor, em particular as bebidas refrigerantes, iniciou há muitos anos um processo de redução do açúcar nos produtos e que, simultaneamente, criou outros



Cristina Bernardo

a um cenário: o autorregulamentação, a qual deverá pôr fim a qualquer taxa ou imposto.

Propondo desde logo a criação de um escalão de isenção, o presidente da FIPA sublinha a necessidade de existir sempre, em qualquer cenário, um período de adaptação. À semelhança, por exemplo, do que aconteceu no Reino Unido, onde foram agora anunciadas medidas relativas às bebidas refrescantes mas que apontam para 2019, envolvido apenas aqueles que precisam de reformular os produtos, deixando de fora os que têm produtos sem açúcar.

"Os diferentes subsectores têm vindo a fazer, e já tem muitos anos, uma reformulação quer se trate de açúcar, sal ou gorduras 'trans'. Hoje, o Inquérito Nacional Alimentar mostra que em alguma áreas, quer se trate do consumo 'per capita' de sal ou açúcar, estamos muito abaixo dos valores de há uma década atrás", recorda o responsável, acrescentando, que em 2016, antes mesmo da taxa sobre o açúcar entrar em vigor, com um trabalho aprofundado de dois anos, iniciado com outro Governo, a FIPA reiterou a disponibilidade para discutir um processo de reformulação, com objetivos muito concretos, que se concretizaria em 2020.

Recordando as provas dadas em casos como o da publicidade para crianças em horário nobre, que se tornou um exemplo na Europa, ou na redução da quantidade de açúcar nas saquetas individuais, a indústria defende a autorregulamentação porque "achamos que este é o caminho da responsabilidade, redução de custos para o Estado e para o erário público. E porque tem de existir um princípio da confiança. Se depois, os atores não cumprirmos, aí estará a mão do legislador para punir. O legislador não tem de ser o ator que acha que recebeu um mandato para legislar todos os dias e a toda a hora. Deve legislar quando é necessário. Há aqui uma inversão de prioridades e, por isso, temos uma vasta e farta legislação que, muitas vezes, tem pouca qualidade. Defendemos menos e melhor legislação", conclui o presidente da FIPA.

Apesar do peso destes dossiês, a indústria agroalimentar assegura que não descarta as restantes frentes por onde vai passar o futuro. E se por um lado, vai até liderando em termos de inovação tecnológica, sem antever cenários negativo quanto aos postos de trabalho, que estarão assegurados assim sejam criadas condições para a qualificação das pessoas, por outro, apostará forte numa nova era de comunicação do seu "constante e árduo" trabalho, o qual nem sempre é conhecido, ou reconhecido, em particular pelo consumidor, num contexto reputacional que passou a ter um lugar de destaque na estratégia do setor. ●

sem açúcar, reforça que se trata "de um imposto discriminatório, inclusive dentro do próprio subsector, já que não só taxa produtos com açúcar e passaram por uma reformulação, como taxa bebidas que não têm açúcar. É portanto, uma taxa ou imposto que tem a ver exclusivamente com a necessidade do Estado em arrecadar receita. Este foi o grande objetivo e assim se discriminou um setor que vem a fazer um trabalho de remodelação já muito profunda e que tem mostrado que quer continuar a trabalhar", conclui.

Recorde-se que o Governo apon-tou baterias para três áreas específicas: o açúcar, o sal e as gorduras, nomeadamente as 'trans' (gorduras artificiais) e com a taxa sobre o açúcar já a dar resultados, decidiu agora criar um grupo de trabalho dedicado às restantes áreas, a qual, dentro de três meses, deverá divulgar os primeiros resultados. Segundo anúncio recente do Governo, os portugueses consumiram menos 5500 toneladas de açúcar em 2017 devido à taxa das bebidas açucaradas, traduzindo-se ainda num encaixe de 80 milhões de euros para o pagamento das dívidas do Serviço Nacional da Saúde. De acordo com o secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Fernando Araújo, o Governo prepara-se para acordar com a indústria a reformulação de produtos como cereais, tostas ou batatas fritas.

Para a indústria, o diálogo, quer seja com o Governo ou com as autoridades de Saúde, só pode conduzir